Sol e Mar sem Barreiras: Acessibilidade e Bem-Estar para todos

Cartilha

Universidade Federal da Paraíba - UFPB • Grupo de Cultura e Estudos em Turismo - GCET

Sol e Mar sem Barreiras:

Acessibilidade e Bem-Estar para todos

Cartilha elaboradapor:

Roberto Kupski, Idizário Alves Dantas, Adriana Brambilla e Elídio Vanzella

Esse projeto é dedicado para todos
aqueles que valorizam a hospitalidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

Copyright © 2026 by UFPB, GCET e EDITORA OITICICA

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Reitora
Terezinha Domiciano

Vice-Retora
Mônica Nóbrega

Diretor do CCTA
Ulisses Carvalho Silva

Vice-Diretora
Fabiana Siqueira

Conselho Editorial

Editor

Secretário do Conselho Editorial

Design de capa e diagramação
Idizário Alves Dantas

Autores
Roberto Kupski Idizário Alves Dantas
Adriana Brambilla
Elídio Vanzella

Revisão
Marília Ferreira Paes Cesário

Sol e mar sem barreiras [livro eletrônico] : acessibilidade e bem-estar para todos / cartilha elaborada por Roberto Kupski...[et al.]. -- João Pessoa, PB : Editora Oiticica, 2026.
PDF
Outros autores: Idizário Alves Dantas, Adriana Brambilla, Elídio Vanzella.
Bibliografia.

ISBN **978-85-85264-79-6 1.**

1. Acessibilidade ao transporte local 2. Acessibilidade urbana 3. Bem-estar social 4. Espaços urbanos 5. Mobilidade urbana 6. Planejamento urbano 7. Problemas sociais I. Kupski, Roberto. II. Dantas, Idizário Alves. III. Brambilla, Adriana. IV. Vanzella, Elídio.

26-384713.0 CDD-363.125

1. Mobilidade urbana : Problemas sociais 363.125

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

[2026]

Todos os direitos desta edição reservados à
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
Campus I Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900
Telefone: (83) 3216-7200

Esta obra foi composta pela fonte Carlito, Barlow regular, Barlow SemiBold, e Arial. Fontes gratuitas do Google Fontes e Windows.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO. **7**

2. ORIENTAÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS. **9**

3. METODOLOGIA. **21**

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES. **22**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS. **36**

6. REFERÊNCIAS. **37**

1. Apresentação

Além da formação acadêmica dos estudantes, a Academia tem como objetivo promover melhorias para a sociedade, disponibilizando uma rede de informações, ou manuais, para qualquer público-alvo, de acordo com as suas necessidades. Em geral, trata-se de uma análise dos desafios da sociedade, o que proporciona o debate e as possíveis soluções de acordo com as pesquisas realizadas. Dessa forma, como centro de pesquisa, buscou-se identificar as barreiras existentes para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e propor melhorias na acessibilidade em acomodações, serviços de alimentação e atrativos turísticos. Assim, a formação de profissionais com foco em acessibilidade torna-se crucial.

O grupo demográfico composto por pessoas com 60 anos ou mais tem apresentado um crescimento significativo e acelerado no Brasil. Segundo o IBGE (2022), esse público corresponde a 15,6% da população, aproximadamente 32,9 milhões de indivíduos nessa faixa etária. Com o aumento da expectativa de vida, observa-se também uma busca maior pela qualidade de vida, que passa a estar integrada ao turismo, configurando-se como um importante fator de desenvolvimento econômico e social.

A acessibilidade promove a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia (PNT, 2024-2027).

A Organização Mundial da Saúde classifica como idosos as pessoas com idade igual ou superior à 60 anos nos países em desenvolvimento (Brasil), Artigo 1° do Estatuto do Idoso e com idade igual ou superior à 65 anos em países desenvolvidos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020), por meio da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 9050/2020, define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. O mesmo diploma legal define o termo acessível como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, e considerando os projetos de pesquisa, “CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA O PÚBLICO IDOSO EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: um estudo nas

praias de Conde–PB", e "TURISMO E ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS: um estudo sobre os atrativos e os bares e restaurantes das praias do Conde/PB" desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC-PIVIC-UFPB), foi elaborada a presente cartilha com o objetivo de trazer orientações na adequação, preparação e melhoria dos empreendimentos de meios de hospedagem, atrativos turísticos, restaurantes e bares, na forma do disciplinado na legislação vigente, em especial nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT NBR 9050/2020.

Com isso, nas construções, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos, deve-se aplicar, quando se fizer necessário, a sinalização de acessibilidade por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), em sendo identificados elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tais como apresentados abaixo:

Símbolo internacional de acesso

Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência visual.

Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência auditiva.

Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência intelectual.

2. Orientações aos estabelecimentos

Meios de Hospedagem:

Devem disponibilizar:

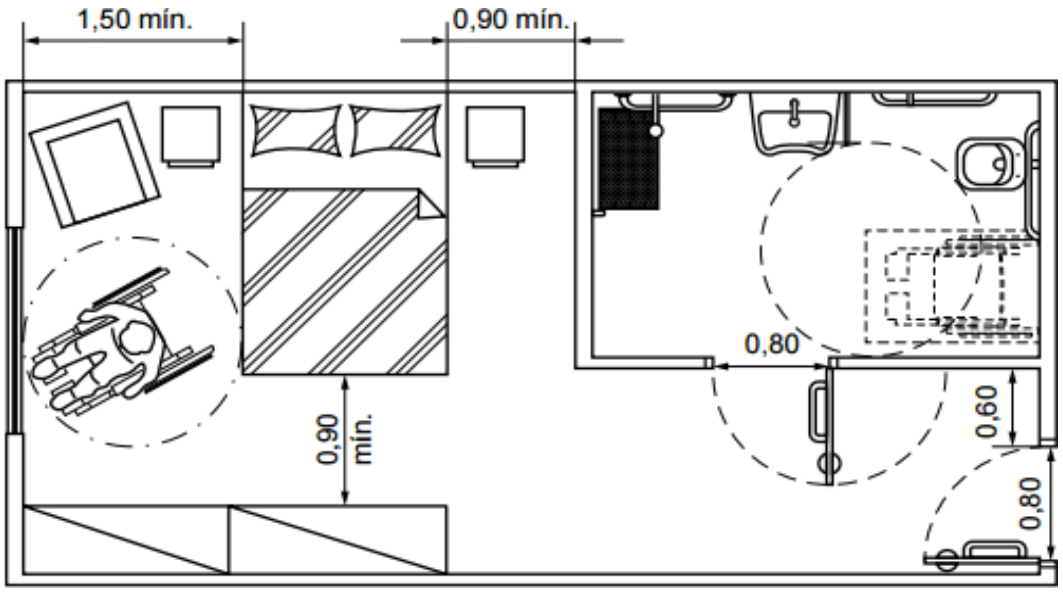
1. Rampas e sanitários com adaptações;
2. Telefone para pessoas com deficiência auditiva;
3. Guia de balizamento;
4. Balcão de atendimento em altura adequada ao uso de todos;
5. Informativos em braille na recepção;
6. Elevadores com sinalização sonora e em braille em todos os pavimentos;
7. Áreas de aproximação, circulação e alcance manual e visual para utilização da mobília disposta;
8. Piso antiderrapante;
9. Portas de, no mínimo, 0,80 m de largura com maçanetas tipo alavanca;
10. Telefones, interfones ou similares, se existentes, provê-los de sinal luminoso e controle de volume de som;
11. Tomadas, interruptores, botões de controle e puxadores dispostos a uma altura de 0,40 m a 1,20 m;
12. Dispositivo sonoro e visual de alerta de emergência no sanitário;
13. Cardápio e informativos em braille com telefones e ramais;
14. Banheiro acessível.

Dormitório acessível:

1. Áreas de aproximação, circulação e alcance manual e visual para utilização da mobília disposta;
2. Localização em rotas acessíveis e próximos à circulação principal;
3. Piso antiderrapante;
4. Portas de, no mínimo, 0,80 m de largura com maçanetas tipo alavanca;
5. Tomadas, interruptores, botões de controle e puxadores dispostos a uma altura de 0,40 m a 1,20 m;
6. Dispositivo sonoro e visual de alerta de emergência no sanitário;
7. Cardápio e informativos em braille com telefones e ramais;
8. Banheiro acessível.
9. Área de circulação com uma faixa livre de, pelo menos, 0,90 m de largura; também é preciso uma área de no mínimo 1,50 m de diâmetro para possibilitar um giro de 360° da cadeira de rodas;
10. Cama com altura de 0,46 m;
11. Alarmes visuais, sonoros e/ou vibratórios;
12. Olho mágico, se existente, a uma altura entre 1,2 m 1,6 m.

FIGURA - 1

Dormitório Acessível – área de circulação mínima – Exemplo – Vista Superior.
Fonte: ABNT NBR 9050

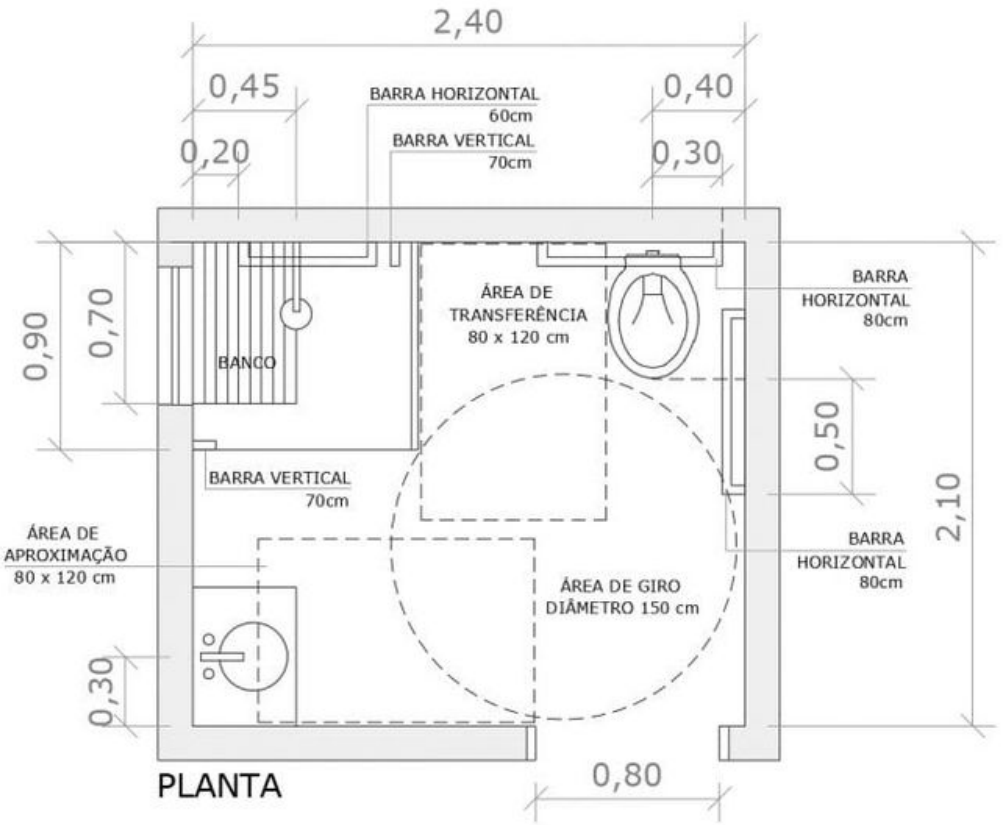


Banheiro acessível no dormitório:

1. Os banheiros devem estar com dimensões mínimas de 1,50 m por 1,70 m;
2. As bacias sanitárias devem ser elevadas;
3. Áreas de transferências e barras de apoio devem estar posicionadas de lados diferentes e respeitando-se uma área de transferência mínima de 0,80 por 1,20;
4. Pode-se utilizar uma porta de 0,80 m abrindo-se para fora.

FIGURA - 2

Medidas de um banheiro acessível com vista superior.
Fonte: ABNT NBR 9050.

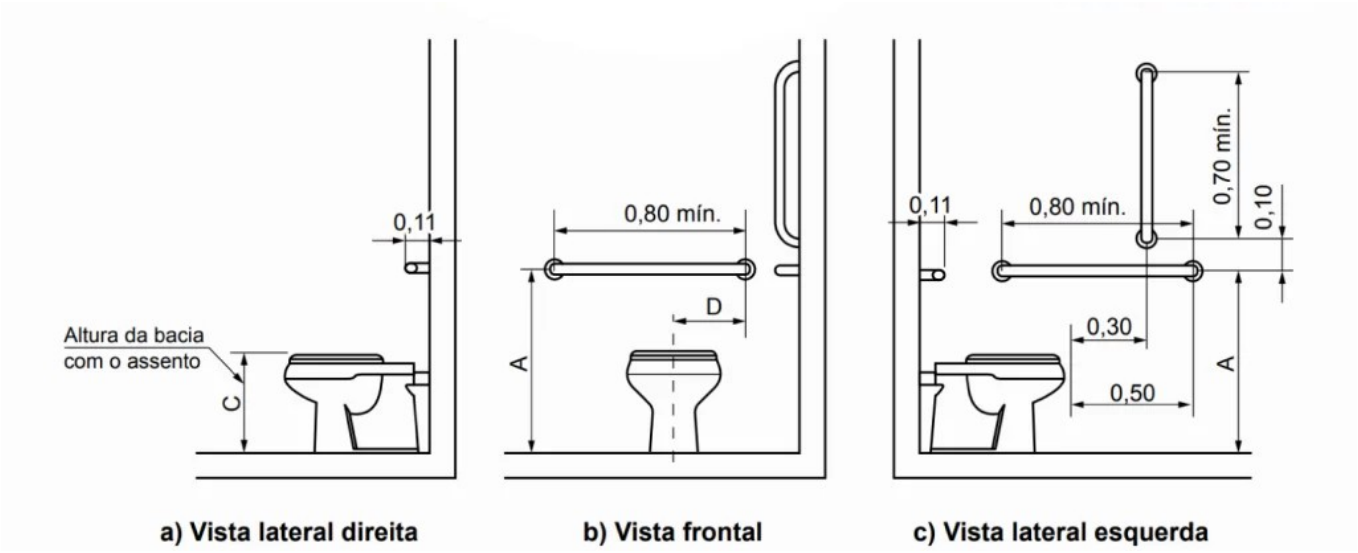


Para o box, as recomendações são:

1. Piso e proteção antiderrapante;
2. Largura mínima do box: 80 cm;
3. Desnível máximo de 1,5 cm em relação ao piso do banheiro;
4. Assento para banho fixo, largura mínima 45 cm, altura 46 cm do piso;
5. Suporte/ corrimão lateral/ barras de apoio alturas variáveis;
6. Chuveiro portátil;
7. Porta objetos fixo;
8. Saboneteira para sabão líquido com altura média de 1,20 m;
9. Fechamento do box com material inquebrável e firme, sistemas de porta de correr, ou utilização apenas de cortina plástica. Torneiras de fácil manuseio – monocomando;
10. Tapete externo de borracha com ventosas;
11. Porta toalha bem próximo ao box com altura média de 1,30 m.

FIGURA - 3

Banheiro acessível com vista superior de acesso aos equipamentos — Exemplo.
Fonte: ABNT NBR 9050.

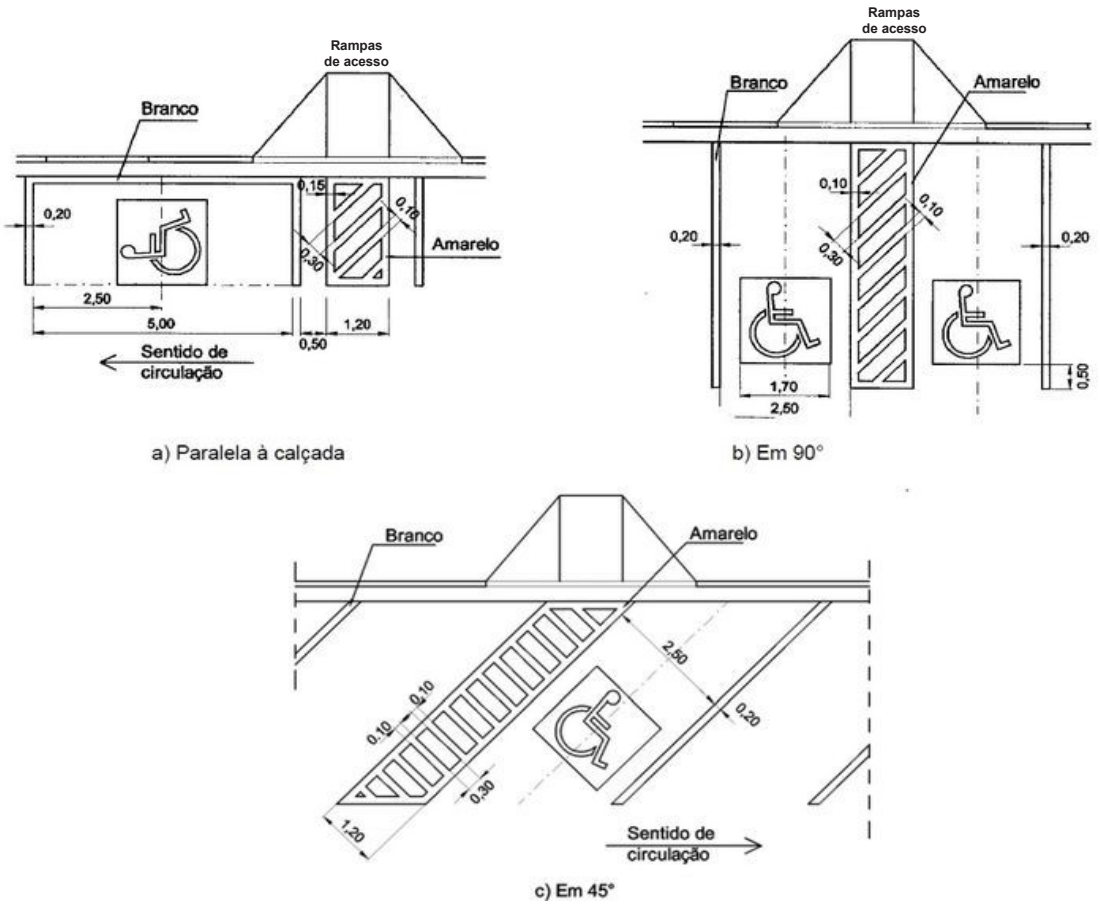


Estacionamento:

1. Área livre de circulação, com largura mínima de 1,20 m, devidamente sinalizada horizontal e verticalmente;
2. Vinculadas à rota acessível, que liga ao acesso principal, livre da circulação de veículos;
3. Faixa adicional à vaga para circulação de cadeiras de rodas;
4. Piso regular, nivelado, firme e estável;
5. Área de embarque e desembarque com segurança;
6. Exigência de que os veículos nelas estacionados usem o adesivo, indicando se o seu proprietário é uma pessoa idosa ou com deficiência física;
7. Sinalização horizontal e vertical, identificada com o símbolo internacional de acesso (SIA).

FIGURA - 4

Estacionamento adaptado e com sinalização horizontal e vertical de acessibilidade — Exemplo.
Fonte: ABNT NBR 9050.

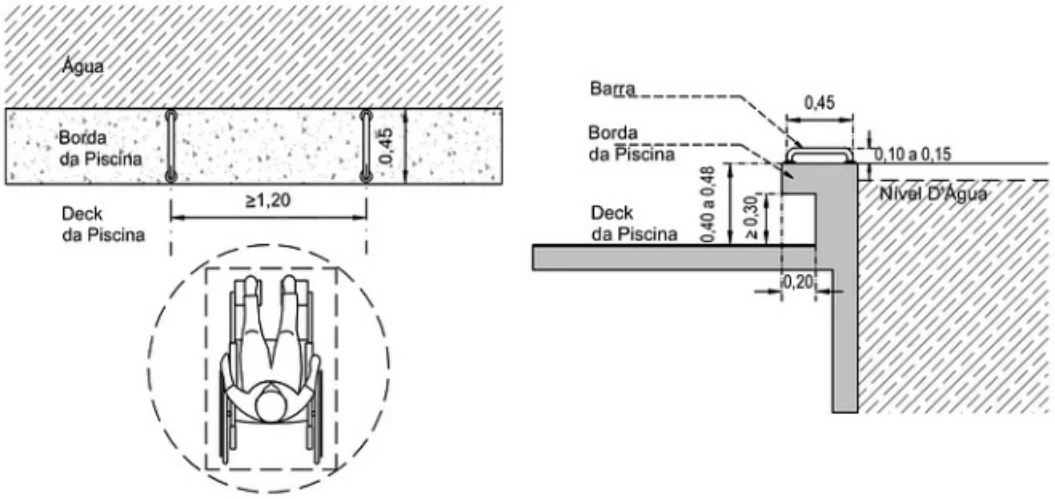


Piscinas:

1. Desníveis no piso no máximo de 5 mm de altura;
2. Rampas e degraus submersos para um acesso seguro à água;
3. Piso antiderrapante, principalmente em volta da piscina, no banco de transferência e nos degraus;
4. Acabamento arredondado nas bordas e nos degraus;
5. Ter pelo menos um sanitário acessível próximo ao local.

FIGURA - 5

Vista superior de acesso à piscina com acessibilidade — Exemplo. Fonte: ABNT NBR 9050.

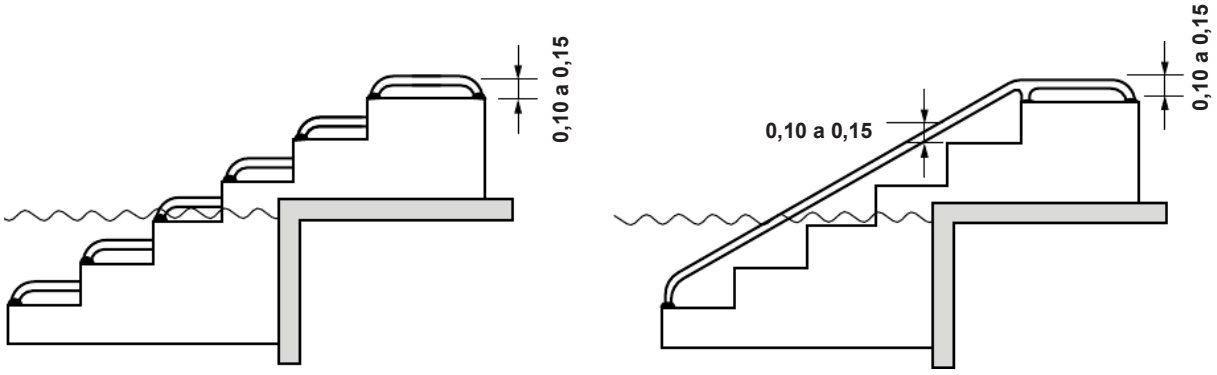


a) Vista superior

b) Corte

FIGURA - 6

Escada de piscina submersa com corrimão individual e contínuo. Fonte: ABNT NBR 9050.



a) Corrimão individual - Vista lateral

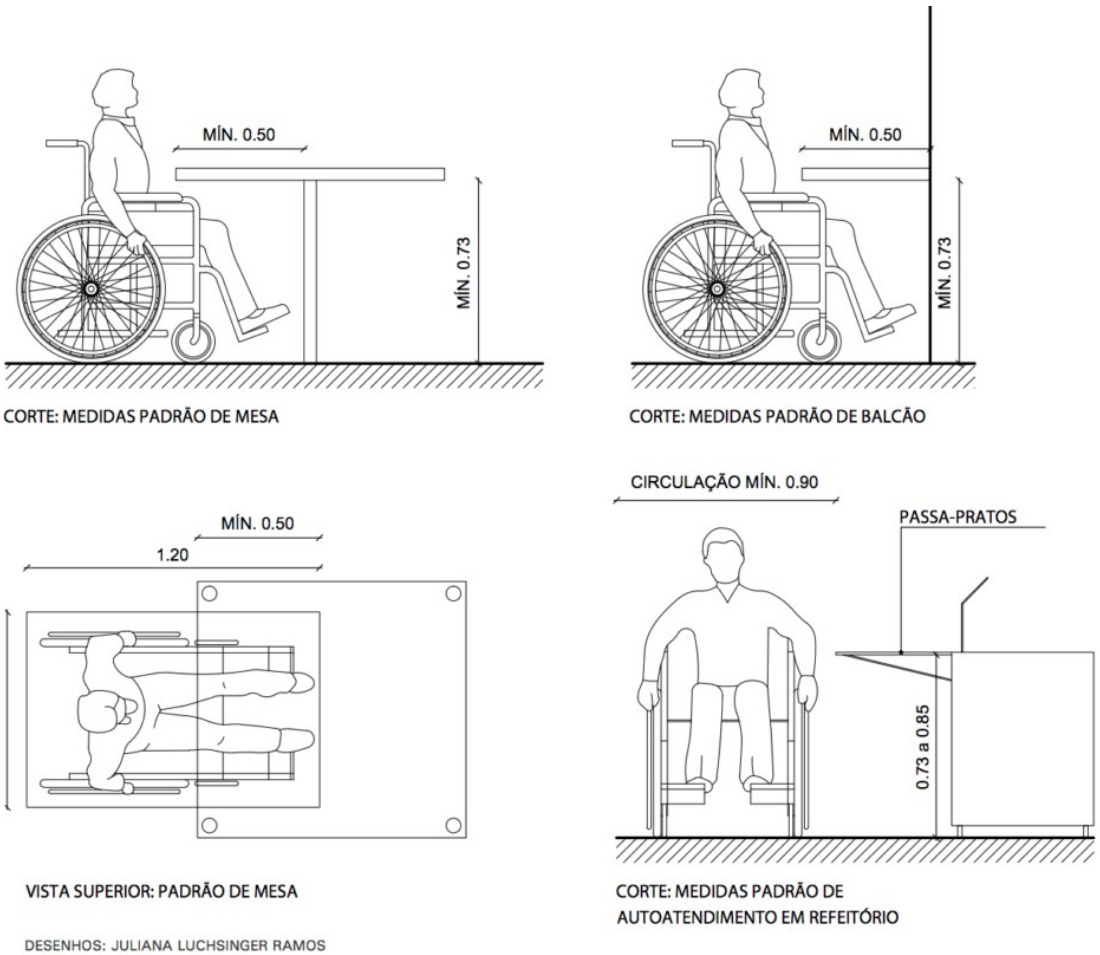
b) Corrimão continuo - Vista lateral

Restaurantes e bares:

1. Mesas ou superfícies devem possuir uma altura livre inferior mínima de 0,75 m do piso;
2. Rota acessível;
3. Desníveis no piso ou tapetes e capachos de até 5 mm de altura (quando maiores que 5mm de altura, devem dispor de rampa mesmo que móvel);
4. Piso antiderrapante;
5. Portas de acesso com largura mínima de 0,80 m e maçanetas tipo alavanca;
6. Piso tátil de alerta e direcional, se necessário.

FIGURA - 6

Medidas de acessibilidade para os restaurantes e bares — Exemplo.
Fonte: www.caranaue.com/rastaurante/restaurante/acessibilidade-nos-restaurantes/

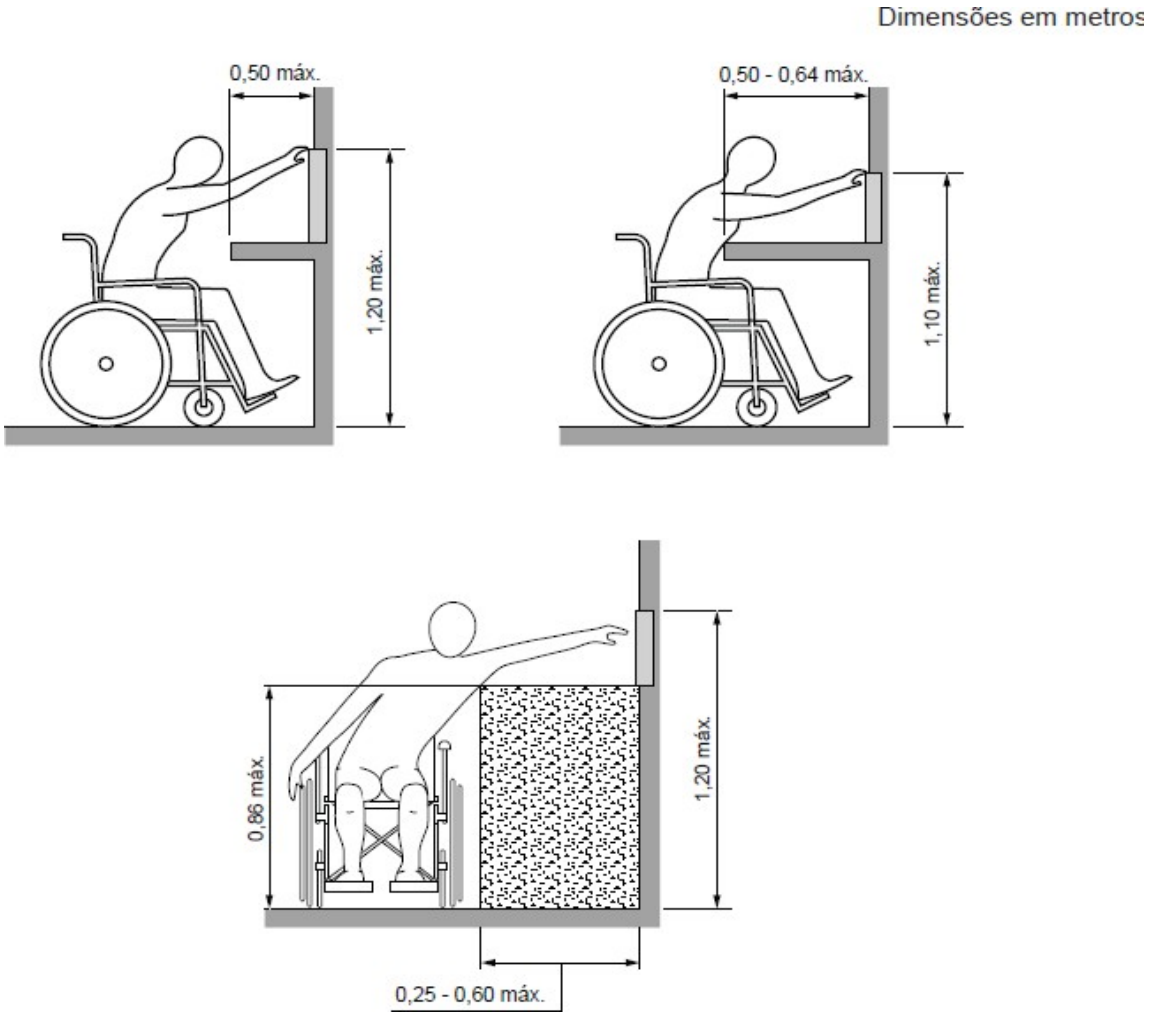


Balcão acessível de atendimento ao público:

1. Desníveis no piso (em havendo, tratá-los com rampa com inclinação leve), a fim de que não sejam superiores a 5 mm de altura;
2. Parte da superfície do balcão com extensão mínima de 0,90 m e altura máxima de 0,90 m do piso;
3. Altura livre inferior, no mínimo, de 0,73 m do piso, permitindo uma aproximação frontal livre inferior, no mínimo, de 0,30 m.

FIGURA - 7

Altura de um balcão acessível — Exemplo.
Fonte: ABNT NBR 9050.

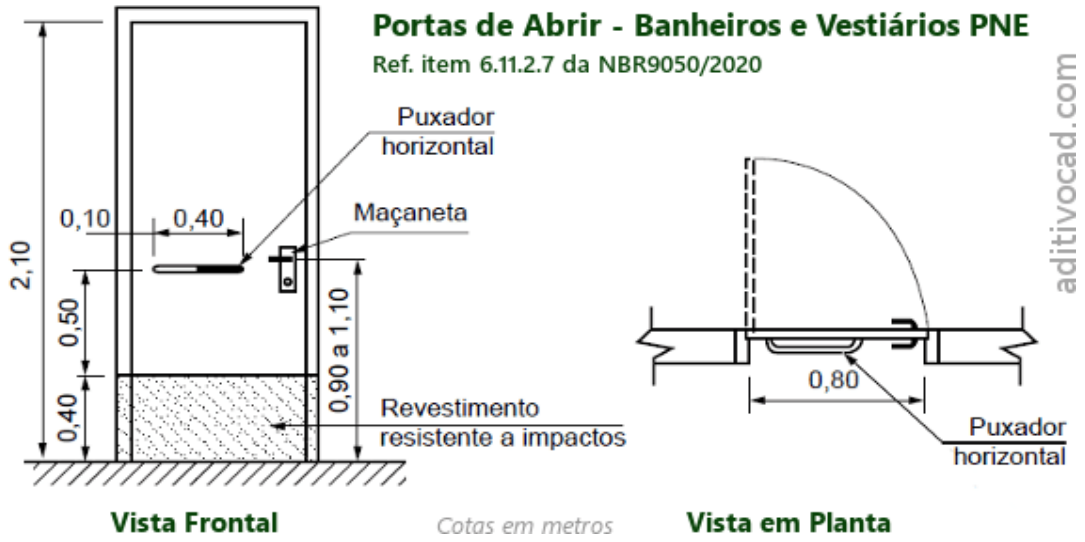


Sanitários de uso comum:

1. Piso antiderrapante;
2. Portas com informação visual de símbolo de acessibilidade, ocupando uma área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede;
3. Portas, no mínimo, com 0,80 m de largura, abrindo para fora, com maçanetas tipo alavanca e/ou puxador, além de altura entre 0,80 m e 1,00 m;
4. Lavatório suspenso, com altura máxima de 0,80 m e sem coluna, além de torneira do tipo alavanca, sensor ou dispositivo equivalente;
5. Bacia com altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso;
6. Áreas de aproximação (1,20 m) e circulação (0,65 m) com alcance para a utilização das peças sanitárias por pessoas usuárias de cadeira de rodas;
7. Possuir barras de apoio, acessórios e espelhos com 10° de inclinação ou altura adequada, além de papeleira e saboneteira com altura entre 0,50 m e 1,20 m do piso;
8. Acionamento da descarga do tipo alavanca ou dispositivo equivalente.

FIGURA - 8

Esquema geral das medidas e posicionamento dos acessórios necessários em uma porta de abrir - Exemplo.
Fonte: www.aditivocad.com/blog/banheiro-pne-acessivel-nbr-9050/



Atrativos turísticos:

1. Uma rota acessível;
2. Piso antiderrapante;
3. Piso tátil de alerta e direcional;
4. Desníveis no piso, não superiores a 5 mm de altura, com rampa com inclinação de acordo com as normas de acessibilidade;
5. *Folders* e informações em braille;
6. Maquete tátil;
7. Sistema de transmissão de informações sonoras;
8. Sanitário acessível a todos;
9. Funcionário capacitado para receber, atender e dar informações às pessoas com deficiência, inclusive com domínio de libras.

FIGURA - 9

Piso tátil direcional e de alerta para o publico com deficiencia visual — Exemplo.
Fonte: ABNT NBR 9050.

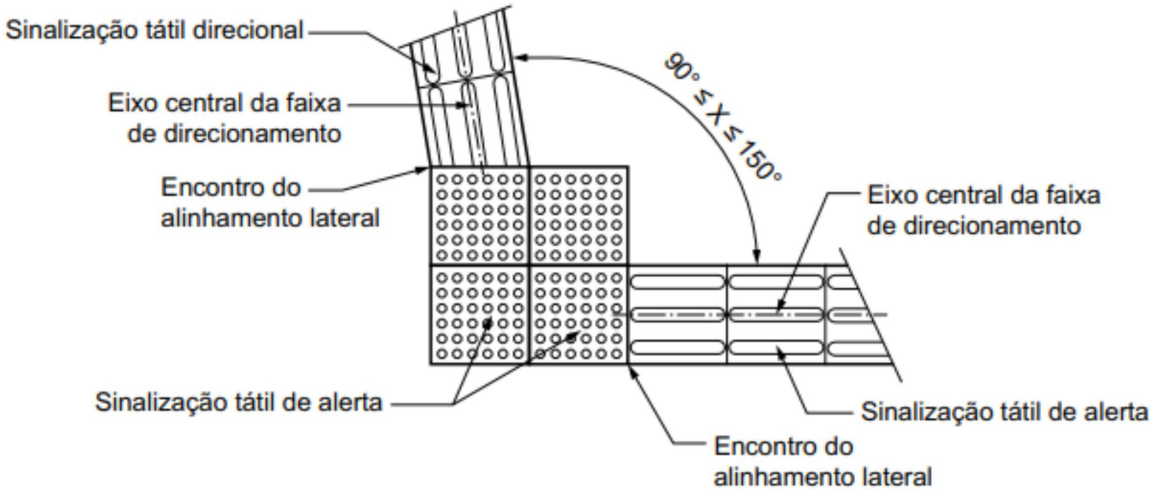
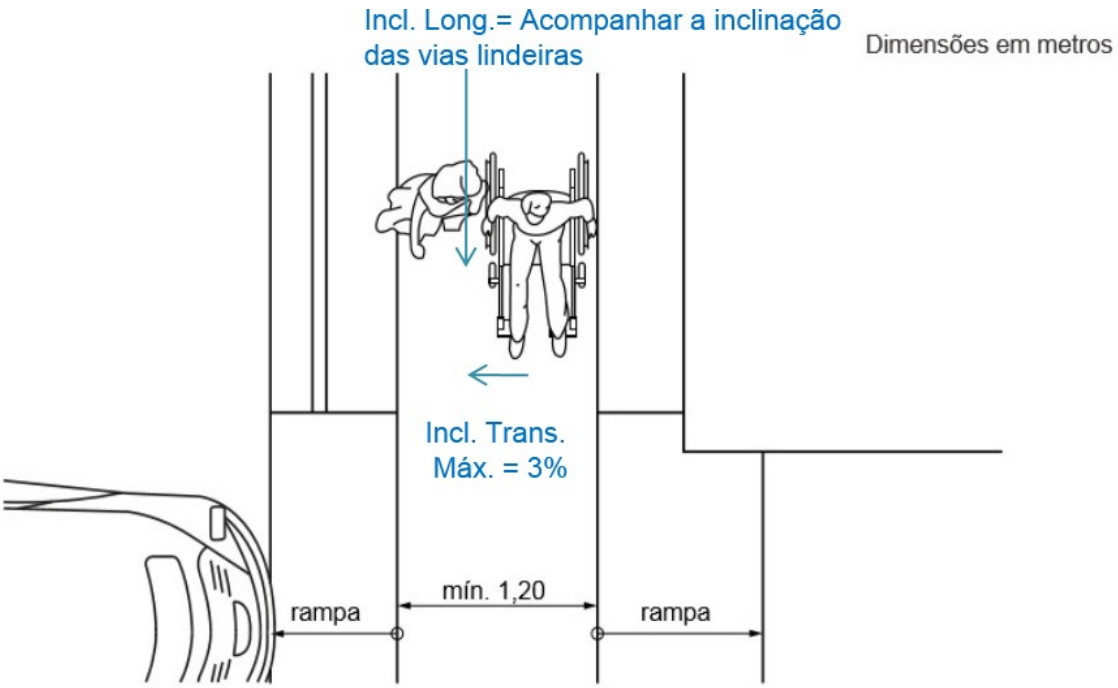


FIGURA - 10

Rota acessível de vista superior com inclinações transversais e longitudinais — Exemplo.
Fonte: arquitetandodouradosms.blogspot.com/2016/04/passseio-publico-nbr-9050.html



a) Vista superior

Inclinações Transversais (Incl.Long)

A inclinação transversal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres não pode ser superior a 3 %. Eventuais ajustes de soleira devem ser executados sempre dentro dos lotes ou, em calçadas existentes com mais de 2,0 m de largura, podem ser executados nas faixas de acesso

Inclinações Longitudinais (Incl. Trans.)

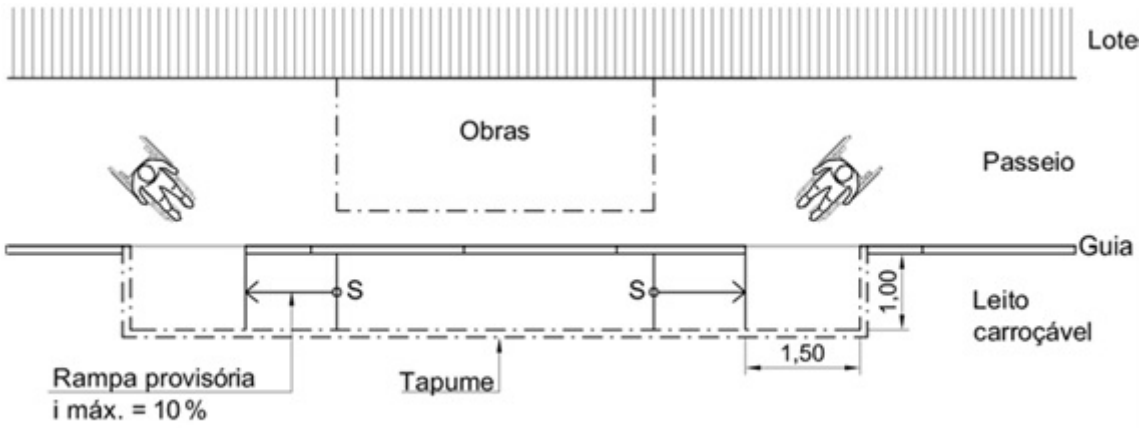
A inclinação longitudinal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres deve sempre acompanhar a inclinação das vias lindeiras.

Calçadas:

1. Rebaixamentos ou rampas para a rua;
2. Largura mínima de 1,20 m para a circulação de pedestres, nos rebaixamentos ou rampas existentes;
3. Piso firme, regular e em bom estado de conservação, além dele ser durável e antiderrapante;
4. Faixas de pedestre pintadas e iluminadas;
5. Livres de obstáculos como marquises, árvores, placas, lixos e entulhos.

FIGURA - 11

A figura abaixo demonstra o correto exemplo de rampas de acesso provisórias - Exemplo retirado da ABNT NBR 9050
Fonte: acessibilidadenapratica.blogspot.com/2011/06/obras-x-acessibilidade.html



Vista superior

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva com pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada com base em livros, artigos científicos e documentos voltados às temáticas da terceira idade, do turismo cultural, da acessibilidade e do Município do Conde/PB. Para a realização da pesquisa *in loco* foi elaborado um *checklist*, instrumento que contemplou os itens a serem considerados na lista de verificação. A construção do *checklist* exigiu uma atenção especial, pois um instrumento de pesquisa bem elaborado é fundamental para a consecução dos objetivos propostos. O *checklist* foi desenvolvido com base nas normas e legislações específicas entre as quais: NBR 9050 de 2020 (ABNT, 2015), Estatuto do Idoso, Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), Decreto nº 5.934 de 2006 (BRASIL, 2006), Lei nº 8.842 de 1994 (BRASIL, 1994) e Lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015).

A aplicação do *checklist* foi realizada durante os meses de fevereiro a abril de 2024, acompanhada por registros fotográficos dos pontos pesquisados nos meios de hospedagem, bares, restaurante e atrativos turísticos, para permitir uma análise mais completa, considerando que "esses registros possibilitaram um maior detalhamento das análises, pois proporcionam mais objetividade e credibilidade, na medida em que uma imagem fornece a prova tangível da existência de determinado fenômeno" (Mendonça, Barbosa & Durão, 2007).

Este trabalho decorreu dos Projetos de Pesquisa "TURISMO NAS PRAIAS DO CONDE-PB: um estudo sobre acessibilidade, no que se refere ao público idoso" e "TURISMO E ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS: um estudo sobre os atrativos e os bares e restaurantes das praias do Conde/PB" no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/PIVIC-UFPB), sob orientação da Doutora Adriana Brambilla e do Doutor Elídio Vanzella e do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET/UFPB), desenvolvido nas praias do Município do Conde-PB, Brasil. Tem como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade para o público idoso, dos meios de hospedagem registrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), do Ministério do Turismo, assim como em bares e restaurantes.

4. Resultados e Discussões

Tendo por base as pesquisas bibliográficas, documentais, nos levantamentos obtidos através do *checklist* e dos registros fotográficos, foram realizadas análises e a descrição exemplificativas dos achados.

A seguir, apresentam-se as imagens de hotéis e pousadas situados no litoral do Conde-PB com acessibilidade e sem acessibilidade:

Ao longo da pesquisa observou-se a existência de UH's adaptadas pra a acessibilidade de idosos, assegurando autonomia e segurança ao público da terceira idade, como vãos de portas de acesso à UH e ao banheiro, com largura mínima de 80 cm **(Figuras 1 e 2),** assim como interior da UH com área livre para giro de 360° de cadeira de rodas **(Figura 3)** e interior do banheiro com barras de apoio junto ao assento sanitário e fechamento do box de banho de material inquebrável **(Figura 4)**. Outrossim, também foi encontrado um banheiro inadequado em uma UH acessível, devido à ausência de barras de apoio próximas ao vaso sanitário e ao fechamento do box do banho com material quebrável **(Figura 5)**.

Figura 1: Porta UH acessível – vão mínimo 80 cm.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 2: Porta banheiro acessível – vão mínimo 80 cm.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 3: UH acessível – giro livre 360° cadeira de rodas.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 4: Banheiro acessível com ausência de barras de apoio próximas do vaso sanitário, box com assento e fechamento material inquebrável.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Já em áreas comuns em meios de hospedagem visitados, observou-se acessibilidade para idosos em piscinas, com escada submersa, corrimões e piso antiderrapante no entorno do atrativo **(Figura 5).** No entanto, também foi observado, rota não acessível à piscina, com degraus, sem rampa e piso escorregadio **(Figura 6).**

Figura 5: Piscina com escada e corrimões submersos e acesso piso antiderrapante.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 6: Rota não acessível piscina, com degraus e piso escorregadio.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 7: Rota acessível restaurante, piso antiderrapante.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Constatou-se também nos meios de hospedagem algumas rotas acessíveis nas áreas comuns, como o acesso à restaurante com piso antiderrapante **(Figura 8)** e rotas não acessíveis, como o acesso à entrada da hospedagem com degraus, sem rampa **(Figura 9)**.

Figura 8: Acesso de entrada da hospedagem não acessível, com degraus e sem rampa.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025

Figura 9: Banheiro de UH acessível inadequado. Fechamento do box com material quebrável e sem barras de apoio.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Observou-se ainda que nenhum dos meios de hospedagem pesquisados possui vaga reservada e sinalizada para idoso ou deficiente, o que representa uma insegurança e redução de autonomia para o público da terceira idade. Dessa forma, apresenta-se um modelo do que poderia ser aplicado como vagas acessíveis e de inclusão, trazendo informações e símbolos para os respectivos públicos, como é possível ver nas **Figuras 10, 11** e **12**.

Figura 10: placa de estacionamento com informações para vagas de idosos.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 11: placa de estacionamento com informações para vagas de deficientes fisícos.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 12: Área de estacionamento para idosos e deficientes com respectivos símbolos no chão e com grande espaço para locomoção

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

A seguir, apresentam-se as imagens de restaurante e bares situados no litoral do Conde-PB com acessibilidade e sem acessibilidade:

Na **figura 13,** nota-se um obstáculo à circulação na calçada com piso tátil e uma rampa, onde há uma entrada para um estabelecimento de alimentos e bebidas, com mesas e cadeiras dispostas entre a circulação.

Figura 13: Calçada de piso tátil e uma rampa com obstáculos de mesas e cadeiras.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

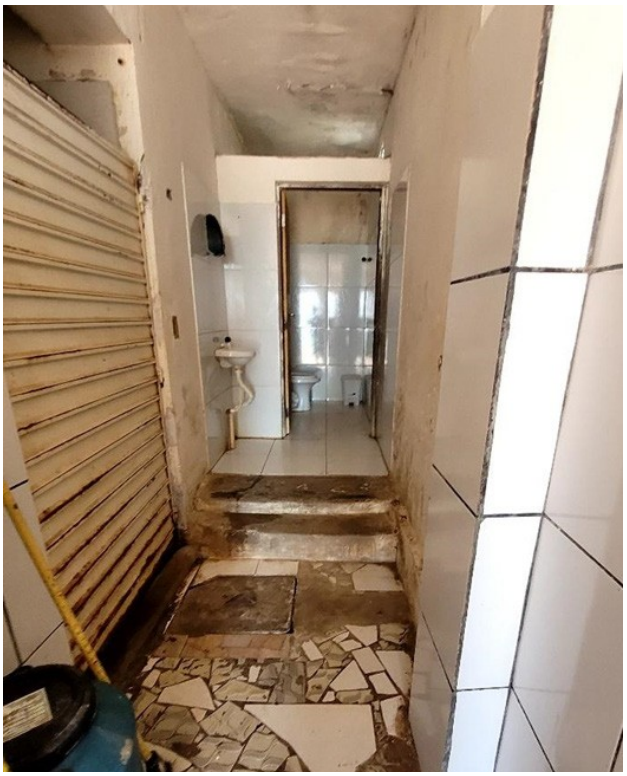
Na **figura 14,** apresenta-se um bar localizado na cidade de Jacumã com grande área de circulação para o público em geral e pessoas com deficiência, com mesas quadradas de 0,70 m, seguindo uma das normas da ABNT 9050/2020, que orienta a utilização de mesas acessíveis com altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso. Contudo, no centro do ambiente encontra-se um jarro de planta, que pode trazer dificuldade na circulação.

Figura 14: Bar com grande área de circulação e mesas acessíveis de 0,70 m.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **Figura 15,** apresenta o acesso ao banheiro de um dos restaurantes e bares localizados em Jacumã, onde a acessibilidade é uma lacuna. A cerâmica utilizada nas paredes e no piso do banheiro é inadequada. Além disso, há uma escada sem barras de apoio, o que pode representar um grande risco à integridade física de qualquer visitante, uma vez que pode causar uma queda se o piso estiver molhado e causar lesões em qualquer parte do corpo.

Figura 15: Banheiro sem acessibilidade, com cerâmicas inapropriadas no piso e escada.



Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **figura 16,** apresenta um estabelecimento de alimentos e bebidas com uma rampa de acessibilidade, mas sem um corrimão.

Figura 16: Restaurante com rampa de acessibilidade sem corrimão de apoio.
Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **figura 17,** observa-se a parte interna de um dos restaurantes de Tabatinga com cadeiras e mesas de aproximadamente 0,70 m, bem como a escada de acesso com barras de apoio para o espaço.

Figura 17: Área interna do restaurante de Tabatinga com escada e barras de apoio

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **figura 18,** pode-se observar a continuidade da calçada de restaurantes interligados do Coqueirinho. Além disso, é possível notar um estabelecimento de alimentos e bebidas sem um espaço adequado para os visitantes e sem rampas de acesso, o que dificulta a acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência.

Figura 18: Continuação da calçada de Coqueirinho com um restaurante sem espaço adequado para os visitantes.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **figura 19 e 20**, apresenta o final da calçada do Coqueirinho com um restaurante, que possui uma rampa para acesso ao estabelecimento, bem como uma outra rampa para acesso ao espaço criado pelo restaurante, composto por mesas e cadeiras, através da areia da praia. Na **imagem 20**, nota-se a rampa de acesso ao espaço com cadeiras rente à areia, com uma grande altura, o que torna a rampa inadequada para a descida de um cadeirante e qualquer visitante, fazendo-o cair.

Figura 19: Final da calçada do Coqueirinho com restaurante, oferecendo rampas entre o estabelecimento e o espaço criado.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 20: A rampa inadequada na extremidade da calçada do Coqueirinho que dá acesso ao espaço reservado do restaurante.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na **figura 21 e 22,** adota-se um banheiro localizado em um dos estabelecimentos de alimentos e bebidas do Coqueirinho, que é pequeno e inapropriado para qualquer visitante. Na **figura 22**, é possível notar o banheiro dividindo dois vasos sanitários próximos um do outro, sem a devida proteção para as necessidades dos visitantes. Além disso, não há medidas de acessibilidade, como barras de apoio, diante da cerâmica lisa.

Figura 21: Banheiro inadequado de um dos restaurantes do Coqueirinho com tamanho pequeno.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 22: Banheiro inadequado para acessibilidade em Coqueirinho, com vasos sanitários conjugados e cerâmica não antiderrapante no ambiente.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Figura 23: Apresenta um dos estabelecimentos de alimentos e bebidas de Tambaba, com degrau de madeira no acesso e sem rampas de acessibilidade. Além disso, é possível notar as mesas de 0,70 m que atendem a um dos tamanhos recomendados pela norma 9050/2020.

Figura 23 – Um dos restaurantes de Tambaba sem acessibilidade no acesso.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

Na figura 24, é possível visualizar um anúncio de um cardápio em um dos bares de Carapibus, o que torna imprópria a leitura entre os turistas

Figura 24: Um anúncio de um cardápio ilegível em um dos bares.

Fonte: Acervo do autor, 2024-2025.

5. Considerações finais

As mudanças na estrutura etária no Brasil e na maioria dos países, têm apontado para um novo segmento: o das pessoas acima de sessenta anos, e essas alterações afetam diretamente o turismo. Esse segmento, denominado terceira idade, se mostra repleto de necessidades a serem atendidas, uma vez que as pessoas idosas buscam atividades diversas, com destaque para aquelas que permitem vivenciar novos modos de vida e o conhecimento de culturas diferentes. Neste sentido, o turismo torna-se uma opção muito procurada por esse público, mas para que as pessoas possam usufruir com segurança e autonomia das atividades oferecidas pelo turismo cultural é imprescindível que diversas medidas sejam adotadas, entre as quais, aquelas que visem assegurar a acessibilidade nos locais de hospedagem, alimentação e visitação. Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo geral avaliar as condições de acessibilidade para a terceira idade no município litorâneo do Conde na Paraíba. Para atender a esse propósito realizou-se um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo com pesquisa de campo, que possibilitou verificar as condições de acessibilidade dos meios de hospedagem cadastrados no CADASTUR do Ministério do Turismo, bares, restaurante e atrativos turísticos. Diante do exposto, espera-se que essa cartilha possa contribuir para orientação aos responsáveis pelos empreendimentos objetos da pesquisa.

6. Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas (2020). **NBR 9050: 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT.

Brasil. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (2004)**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Brasil. **Decreto nº 5.934, de 18 de outubro de 2006 (2006)**. Estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art. 40 da Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015)**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasil. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (1994)**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Brasil. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo.** Brasília: MTur, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/ PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf Acesso em: 07 nov. 2025

Dicas SEBRAE. **Empreendimentos Acessíveis.** Pernambuco SEBRAE. 2014.

Mendonça, J. R. C., Barbosa, M. D. L. D. A., Durão, A. F. (2007). Fotografias como um recurso de pesquisa em marketing: o uso de métodos visuais no estudo de organizações de serviços. **Revista administração contemporânea,** 11(3). p.57-81.